

A CAPACIDADE DE CARGA COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS LITORÂNEAS

Ms. Larissa Regis Fernandes¹

RESUMO: O estudo de capacidade de carga vem sendo cada vez mais difundido e utilizado entre pesquisadores e planejadores do turismo, muito embora ainda sejam escassos os casos de aplicação dos métodos para determinar o número máximo de turistas que as áreas litorâneas suportam sem que seu meio ambiente sofra com os efeitos negativos dessa atividade. Apesar da alta fragilidade do ambiente natural das praias, ainda é muito pequena a atenção dada à sua sustentabilidade e à preservação. Pelo contrário, o que se pode observar com frequência é a total falta de planejamento sobre a utilização dos recursos turísticos costeiros, o que acaba levando as destinações ao declínio como pólos receptores, causado pelo turismo de massa, a saturação dos recursos naturais, a excessiva urbanização das cidades litorâneas e muitas vezes à completa descaracterização dos atrativos. O presente artigo destaca alguns métodos para determinação da capacidade de carga e faz uma breve avaliação sobre a possibilidade de seu emprego em praias de pequena extensão, destacando sua importância como instrumento auxiliar no processo de planejamento turístico sustentável dessas áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento turístico sustentável; capacidade de carga; áreas litorâneas.

Introdução

O estudo do Turismo como atividade dentro das ciências sociais é bastante recente, embora se saiba que a prática da atividade turística vem de longa data, fato que pode ser observado nos relatos históricos de civilizações européias, como os romanos, por exemplo, que utilizavam-se das estâncias termais para suprir suas necessidades de lazer. Desde aquela época já é evidente o fascínio do ser humano pelo ambiente natural, como forma de retornar às suas origens.

A necessidade do contato com a natureza foi intensificada, principalmente, após a Revolução Industrial, que acelerou o processo de urbanização e contribuiu para a retirada definitiva do homem do contato

¹ Mestre e Bacharel em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Professora dos cursos de Turismo da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, do Instituto Blumenauense de Ensino Superior e da Faculdade Sinergia.

com o meio natural, transformando grande parte da população rural em urbana.

O turismo em todo o mundo passou a desenvolver-se com mais intensidade a partir da década de 50, no período pós segunda guerra mundial. Muitas são as causas que explicam o desenvolvimento da atividade neste período, como as questões da segurança e recuperação econômica da população de muitos países, por exemplo, e o resultado deste processo é o acúmulo de pessoas em determinadas destinações. Essa densificação de pessoas nos mesmos destinos turísticos, segundo Beni (2000), provoca o impacto ambiental, que antes se limitava aos grandes centros e agora atinge áreas até então quase intocadas pelo homem, sua indústria e sua tecnologia.

A necessidade de fuga dos centros urbanizados criou a tendência pela valorização dos ambientes naturais como atrativos turísticos que, em contrapartida, passou a constituir-se como uma ameaça a esses meios, principalmente nas zonas litorâneas, mais procuradas pelos turistas, onde a falta de conhecimento sobre como planejar a atividade, bem como a falta de estudos neste sentido, trouxeram graves conseqüências ao meio natural.

Dentro deste contexto, o planejamento turístico sustentável surge como a única alternativa viável para minimizar os efeitos negativos do turismo nas áreas naturais e, segundo Ruschmann (2000), sua necessidade pode ser percebida quando o crescimento acelerado da demanda, que tem sua origem no turismo de massa e nos pacotes organizados por operadores turísticos preocupados demasiadamente em maximizar os benefícios econômicos da atividade, gera modificações rápidas nas circunstâncias econômicas, sociais e ecológicas (estas últimas ocorrendo com bastante gravidade no litoral) e faz-se necessário o monitoramento e controle do acesso de pessoas a essas áreas.

Para controlar e monitorar o acesso de um número excessivo de pessoas em áreas naturais, dentre elas as litorâneas, o estudo do número máximo de visitantes que uma destinação pode receber sem alterar suas características ambientais, surge como uma ferramenta que possibilita o

crescimento do turismo, sem, contudo provocar a degradação dos recursos naturais, que nesse caso são o próprio atrativo turístico e a motivação das viagens.

Planejamento e Desenvolvimento Turístico Sustentável x Massificação do Turismo

Na década de 70, período em que vários movimentos contraculturas surgiram em meio ao turbilhão de mudanças pelo qual o mundo todo passava, apareceram também as correntes ambientalistas, que passaram a atentar para os problemas ocorridos no meio ambiente, combatendo o turismo de massa, definido por Ruschmann (2000), como sendo o processo compreendido pelo deslocamento de um número excessivo de pessoas aos mesmos núcleos turísticos, nas mesmas épocas do ano. Durante o período em que ocorre a massificação, o fluxo de turistas cresce aceleradamente e as destinações turísticas vivem um período de grande expansão, em que sobressaem-se o número excessivo de construções (urbanização), o crescimento desordenado, a insuficiência da infra-estrutura básica e de apoio, culminando na total desatenção para com os meios ambientes natural, cultural e social.

Os movimentos ambientalistas, já nesta época, apontavam o desenvolvimento sustentável, expressão tão em voga atualmente, embora utilizada muitas vezes com total desatenção, como uma forma de combater os problemas causados pelos excessos do turismo de massa. De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (apud UNIVALI, 1991, p.14), o desenvolvimento sustentável é alcançado quando “a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas”.

Embora os fundamentos do movimento ambientalista também tenham sido difundidos no Brasil, os mesmos não foram suficientes para impedir a

massificação da atividade, como se pode observar no turismo praticado em vários balneários por todo o país, onde a falta de planejamento foi evidente e o desenvolvimento não visou a sustentabilidade do meio natural.

Para Barretto (1991), o conceito de planejamento consiste num sistema de idéias organizadas de forma racional de maneira a determinar o que se deve fazer após o exame de determinada situação, ou seja, é um processo lógico de pensamento sobre o futuro e de determinação dos cursos de ação para que se possa alcançar determinados objetivos.

O planejamento turístico sustentável objetiva orientar os cursos do desenvolvimento da atividade, permitindo o crescimento do turismo em harmonia com os padrões de sustentabilidade, trazendo benefícios para os investidores, para a população local e para os turistas e conservando os recursos naturais e culturais da localidade para que os mesmos possam satisfazer também às necessidades das gerações futuras.

As etapas do processo de planejamento turístico sustentável devem ser estabelecidas de forma que possibilitem, em primeiro lugar, levantar dados sobre a potencialidade da área ou região foco de estudo, para então determinar o diagnóstico (situação atual) e o prognóstico (situação futura) e propor ações e diretrizes que auxiliem na orientação da atividade turística para a mesma, sempre considerando a sustentabilidade dos recursos ambientais.

O maior problema encontrado quando se trata do planejamento do turismo em uma área litorânea é que o desenvolvimento da atividade turística é realizado visando a obtenção de retorno financeiro em curto prazo. Muitas vezes observa-se o total descaso com os recursos naturais, principais atrativos e incentivadores da atividade, que acabam sendo degradados, fator que contribui para o declínio do pólo receptor, definido por Ruschmann (2000) como sendo o estágio em que a localidade, para sobreviver no mercado e viabilizar seus empreendimentos economicamente, procura atrair um grande fluxo de turistas, o que faz com que os preços caiam e, como conseqüência, a destinação passa a atrair uma demanda de

menor poder aquisitivo. O pólo receptor entra em um período de declínio econômico, social e ambiental. O meio ambiente, que antes era seu maior atrativo, encontra-se deteriorado pela construção desordenada de equipamentos turísticos e o número de visitantes é maior do que o mesmo pode suportar sem sofrer com os impactos causados pela atividade turística.

De acordo com Pires (2000), o ideal da relação da atividade turística com o meio ambiente é a fórmula simbiótica, em que ambos se beneficiam, ou seja, o desenvolvimento do turismo deve proporcionar meios para a proteção e conservação do meio ambiente, e este, protegido e conservado, deve constituir-se como atração para um fluxo de turistas desejável, trazendo benefícios sócio-econômicos para as comunidades receptoras. Esta é a maneira ideal de se planejar o turismo e a que possibilitará o desenvolvimento sustentável de um pólo receptor.

Gestão da Capacidade de Carga Turística em Praias

Com a finalidade de controlar a utilização dos recursos naturais como atrativos turísticos, deve-se desenvolver um planejamento que objetive minimizar os efeitos negativos, maximizar os efeitos positivos e distribuir os fluxos turísticos, evitando um acúmulo excessivo de visitantes nas áreas mais frágeis. Para determinar o número de pessoas que essas áreas podem suportar é realizado o estudo de capacidade de carga, que compreende, segundo Beni (2000), o estabelecimento do número máximo de visitantes que um atrativo turístico natural pode suportar sem sofrer alterações, considerando-se o perfeito equilíbrio entre a conservação do meio ambiente, o número de turistas e a qualidade dos serviços prestados.

O conceito de capacidade de carga surgiu em meados dos anos setenta. A idéia central que norteou seu desenvolvimento foi a de que os fatores macroambientais impõem restrições sobre o número de pessoas que determinada zona pode suportar. Quando esses limites são ultrapassados, sua capacidade para acolher esse número elevado de indivíduos é desrespeitada e, juntamente com ela, a qualidade do entorno passa a ser

ameaçada. Dessa forma, através de estudos biológicos embasados em dados objetivos, pode-se determinar a capacidade dos recursos naturais de uma zona, estabelecendo o nível de uso que o entorno da mesma suporta e controlando o acesso aos seus recursos. A cientificidade atribuída aos métodos para sua determinação contribuiu para a grande atratividade que a determinação da capacidade de carga exerce sobre os gestores e planejadores turísticos.

Entretanto, quando se trata de áreas naturais, não é fácil estabelecer limites para sua exploração. Lidberg e Hawkins (1999), afirmam que o homem ainda compreende muito pouco sobre os impactos causados pelo turismo no meio ambiente, por pouco compreender também a vulnerabilidade das espécies e dos habitats. Dessa forma, os impactos do turismo, atividade em franca expansão, vão muito além da capacidade humana de avaliar danos e prejuízos.

Quantos visitantes uma área pode suportar? A vulnerabilidade das espécies e dos habitats, os problemas de poluição, de descarga de lixo e de perturbação de processos ecológicos fundamentais, provocados pelo turismo, são muito pouco compreendidos. (...) O impacto de uma indústria em franca expansão está muito além de nossa capacidade de avaliar danos e prejuízos. (Lindberg e Hawkins, 1999, p. 19).

A determinação do número de turistas para um atrativo deve ser realizada tendo como principais preocupações a capacidade da infraestrutura turística, básica e de apoio, a qualidade da experiência proporcionada aos visitantes e, principalmente, a promoção da sustentabilidade ambiental.

Williams e Gill (2001) declaram que, com relação à determinação da capacidade de carga, existe uma grande divergência entre os vários grupos envolvidos na atividade turística, representados pelos turistas, investidores, população local, empreendimentos já estabelecidos e poder público. É comum que nas primeiras etapas da organização do pólo as atenções voltem-se para o atendimento das necessidades dos turistas, colocando de lado as

necessidades da população local. Essa atitude é compreensível, já que é necessário estimular o crescimento da atividade a curto prazo. Porém, a longo prazo, é necessário que as atenções voltem-se para a sustentabilidade do meio ambiente e para o respeito à capacidade de carga.

Dentre os atrativos naturais, existem aqueles mais sensíveis à ocupação humana, onde qualquer interferência antrópica ressalta sobre sua paisagem, que possui baixa capacidade de absorver intrusões. Apesar das praias possuírem baixa capacidade para absorver impactos, são poucos os estudos realizados nestas áreas e pode-se perceber uma tendência acentuada para o desvio da preocupação dos pesquisadores para a conservação de outras áreas. Diegues (1995, p.59), comenta que “os recursos e ecossistemas costeiros estão entre os menos estudados da biosfera, apesar da sua grande importância”.

A falta de consideração para com os atrativos naturais localizados na zona costeira, aliada ao interesse meramente econômico dos investidores nessas áreas, que procuram um retorno financeiro rápido para seus investimentos, colabora para a freqüente degradação do meio ambiente litorâneo.

Embora muitos dos métodos de determinação de capacidade de carga tenham sido moldados de acordo com as características particulares das unidades de conservação, a análise dos modelos que determinam a capacidade de carga possibilita a verificação dos mais adequados para serem aplicados em áreas ou locais onde a utilização dos recursos seja menos restrita, como é o caso da maioria das praias, já que pode-se considerar como válida qualquer tentativa de amenizar a degradação do meio ambiente em áreas naturais. Ruschmann (2000) afirma que a necessidade de realizar-se um controle sobre os fluxos turísticos em todo o mundo é premente, uma vez que o ato de ultrapassar os limites de capacidade de carga de uma área pode comprometer irremediavelmente os ecossistemas sensíveis da mesma.

A determinação do número máximo de visitantes que uma praia suporta sem sofrer com a degradação ambiental deverá compreender o levantamento da capacidade das infra-estruturas turística, básica e de apoio (compostas pelos equipamentos de lazer instalados na praia, saneamento, distribuição de água e energia elétrica, etc) e priorizar a qualidade da experiência proporcionada aos visitantes e a promoção da sustentabilidade ambiental.

Frisada a relevância da determinação do limite máximo sobre o uso dos recursos ambientais costeiros e da importância de desenvolver uma destinação ou um atrativo turístico litorâneo de maneira sustentável, bem como as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador que se dispõe a fazê-lo, serão apresentados agora alguns métodos desenvolvidos por estudiosos de todo o mundo, bem como a possibilidade ou não de sua aplicação em praias de pequena extensão.

Método de Cifuentes (Fundação Neotrópica da Costa Rica)

Uma das metodologias utilizadas para a determinação da capacidade de carga foi desenvolvida por Cifuentes (1992) e baseia-se no número de visitas/tempo/sítio. É importante salientar que a metodologia é considerada como um dos instrumentos de manejo, já que a capacidade de carga é dinâmica e depende de diversas circunstâncias combinadas, como os objetivos da área e os aspectos econômicos, sociais e políticos.

De acordo com Magro (1999), a capacidade de carga pode ser dividida em três, as quais são descritas a seguir:

- capacidade de carga física (CCF), que fornece o limite máximo de visitas que um ambiente pode receber, considerando uma área de 1m² por pessoa, para que esta possa desenvolver-se livremente numa superfície, assim como o tempo de visita praticado e o tempo real necessário para que a pessoa possa visitar o sítio;

- capacidade de carga real (CCR), que tem por função corrigir a CCF quando esta for submetida a alterações causadas por fatores físicos, ambientais, ecológicos e sociais, denominados fatores de correção (FC);

- capacidade de carga efetiva (CCE), obtida quando adapta-se o limite real de visitação estabelecido para a área às condições de implantação e manejo da mesma e resulta no limite máximo de visitas permitido, considerando a capacidade do local para manejá-las.

A capacidade de carga efetiva, resultado final da aplicação do método de Cifuentes, prevê apenas a determinação do número de pessoas que a área pode suportar, sem contudo considerar o perfil e as atividades que os usuários da mesma realizam, bem como a sua percepção sobre a qualidade da experiência vivenciada pelos turistas. Sua aplicação é ideal principalmente para pequenas , sendo que no Brasil já foi utilizado para determinar a capacidade de trilhas, por exemplo. Sua adoção para praias de pequena extensão pode ser perfeitamente viável, já que estas apresentam as características necessárias para sua aplicação.

Método Turis, adotado pela EMBRATUR

A EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), desenvolveu na década de 70 o projeto Turis, que teve como uma de suas finalidades estabelecer parâmetros sobre a densificação da utilização das praias. Segundo o projeto, entre os fatores que conduzem à classificação de uma praia, podem ser destacados o movimento do mar e o tipo de areia, que aliados às dimensões da mesma (comprimento e área de utilização), fornecem os primeiros subsídios para a realização de uma programação populacional. De acordo com o plano:

(...) para simplificar a formulação dos programas, adotou-se o estudo de três densidades de ocupação para cada uma das categorias vocacionais:

CATEGORIA A – a partir de 15 m²/banhista. Pouco densa, geralmente utilizada para locais que deverão receber equipamentos de alta categoria. Trata-se de praias comumente de porte pequeno e beleza intensa.

CATEGORIA B – de 6 a 15 m²/ banhista. Densidade ocupacional média, permitindo maior flexibilidade na ocupação da área contígua.

CATEGORIA C – 5 m²/banhista. São praias destinadas à ocupação em massa. Possuem grandes extensões e estão geralmente localizadas nas proximidades dos grandes centros urbanos. (EMBRATUR, 1975, p.07)

O modelo proposto pela EMBRATUR foi aplicado recentemente num estudo na praia central de Balneário Camboriú realizado pelo CTTMAR (Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar) da UNIVALI. Para facilitar a aplicação da metodologia, a praia foi dividida em quatro zonas: solarium (área onde é praticado o banho de sol), zona ativa (área onde as pessoas praticam esportes e circulam), zona de surf (área de banho e de prática de esportes aquáticos) e antepraia (área onde circulam as lanchas e outras embarcações). Durante os meses de novembro e dezembro de 1999 e 2000 uma equipe de acadêmicos do curso de oceanografia, monitorados pelo Professor Dr. Marcus Polette, realizou a contagem de turistas em determinados pontos da praia e fotografou essas áreas pré-determinadas em intervalos constantes, com o objetivo de facilitar a contagem e registrar os horários de maior densidade de visitantes nas quatro zonas estabelecidas. Após aplicado o método, foi constatado que o solarium da praia central de Balneário Camboriú dispões apenas de 3m² da faixa de areia por visitante.

De posse desse resultado, foram organizados questionários contendo fotos das quatro densidades de ocupação de praias (as três estabelecidas pelo Turis e a real da praia central), onde os turistas optavam pela situação que considerassem ideal para que sua atividade de lazer fosse de qualidade. As situações desejadas pela maioria dos turistas foram as duas densidades intermediárias (10 m² por banhista e 5 m² por banhista).

A importância desse estudo para a área em questão (a praia central de Balneário Camboriú), foi constatar que os usuários da praia consideram a concentração de pessoas excessiva, ainda que prefiram praias mais movimentadas. A partir desta constatação, o município poderá estabelecer um planejamento que objetive atingir os índices de ocupação que agreguem maior qualidade à experiência turística de seus visitantes.

A metodologia aplicada na praia central de Balneário Camboriú, adaptada da proposta pela EMBRATUR pode ser utilizada como ferramenta para garantir a sustentabilidade ambiental de qualquer praia que já venha sendo explorada turisticamente, independente de sua extensão.

Limite Aceitável de Câmbio (LAC)

Outro modelo que visa manejar o impacto de visitantes sobre determinada área é o LAC (Limite Aceitável de Câmbio), que de acordo com McCool, apud Takahashi (1997), foi implementado pela primeira vez nos EUA, no ano de 1982, em uma área de proteção intensiva. Após esta data, outros trabalhos foram desenvolvidos empregando o LAC em áreas com o uso menos restrito. A diferença deste método em relação aos demais é que ele comprova que o fator responsável pela degradação ambiental de uma área não é o número de pessoas que a frequenta e sim o comportamento dos indivíduos nesta área. Dessa forma, muitos planejadores têm aplicado esse método, por considera-lo o mais completo e prever o planejamento integral, no caso de Unidades de Conservação.

Sua aplicação em praias de pequena extensão é complicada, já que o método apóia-se demasiadamente na legislação vigente sobre a área da unidade de conservação (planos de manejo, legislação ambiental, etc) e, no caso das praias, o controle ao acesso dos turistas é menos rigoroso, ficando difícil o impedimento da entrada dos mesmos quando a capacidade de carga for atingida.

Metodologia da Bolha Ecológica

O conceito de bolha ecológica baseia-se nas características do lugar e nas atividades desenvolvidas pelos turistas no mesmo, sendo a última dependente da primeira. O primeiro pesquisador a estudá-lo foi Hediger, que o define como sendo:

Uma área determinada, dotada de fronteiras invisíveis, que circundam o corpo da pessoa e na qual os intrusos não devem penetrar. Como os porco-espinhos da fábula de Schopenhauer, as pessoas gostam de estar o suficientemente próximas uma das outras para obter o calor do afeto e da camaradagem, mas às vezes longe o suficiente para evitar bater-se umas nas outras. O espaço pessoal não tem que ser, necessariamente de forma esférica, nem estender-se em todas as direções em igual medida (as pessoas conseguem tolerar melhor a presença próxima de um estranho quando está de costas para este do que quando está de frente). Ela se tem comparado, muito graficamente, à esfera do molusco (...) e pode ser descrita como uma área, como uma ‘câmara para respirar’ (apud Boullón (1997, p.149).

A bolha ecológica incorpora dois tipos de relações: a distância entre os indivíduos e a distância entre o homem e o ambiente. Essas distâncias serão determinadas de acordo com as atividades realizadas pelos turistas e as finalidades que o motivaram a optar por este determinado tipo de atividade.

Para estipular o número ideal de visitantes para uma praia segundo o conceito de bolha ecológica, o pesquisador deverá considerar os dados obtidos através do estudo de casos análogos, para obter informações a respeito do tamanho da bolha ecológica individual e de grupo segundo as classes de turistas e as atividades realizadas pelos mesmos.

Boullón (1997) baseia-se em quatro tipos de distâncias pessoais que abrangem todos os tipos de atividades que um turista pode desenvolver no meio natural:

ilhadas (pesca, caça e caminhadas);

de proximidade (todas as que produzem concentração como as compras em feiras e mercados, as viagens em ônibus e aviões, a assistência a espetáculos públicos);

de conjunto (jogos em equipe);

de contato (dança).

No que tange ao estabelecimento de limites para a utilização de áreas de uso intensivo, como as praias, Boullón (idem) considera que o conceito que deve ser aplicado é o de distância pessoal ou bolha ecológica, já que para o autor os demais métodos empregam estândares de ocupação tão baixos que a utilização turística desses sítios deixaria de ser rentável. O conceito de bolha ecológica aproxima-se do conceito de capacidade de carga psicológica e é considerada ideal para ser aplicado em lugares onde a estratégia de desenvolvimento prevê o uso intensivo, já que, segundo Boullón (ibidem), nesses lugares não vale a pena realizar estudos em cima da capacidade ecológica porque o ambiente natural já foi em grande parte alterado. As praias encaixam-se nesta situação e com relação a elas pode-se acrescentar ainda que é difícil a aplicação de métodos que baseiem-se na capacidade do lugar de absorver intrusões, já que sua fragilidade com relação a detratores é muito alta, o que levaria à determinação de limites de utilização muito baixos.

A fórmula recomendada por Lozato –Giotard

Um exemplo de determinação de capacidade de carga em áreas litorâneas que obteve grande sucesso é o realizado na ilha João da Cunha, localizada no município de Porto Belo, litoral sul de Santa Catarina. O estudo teve início no ano de 1996 e tem como objetivo determinar o limite de visitantes da ilha, avaliar a atratividade desta como recurso e a sustentabilidade dos equipamentos instalados para atender aos visitantes. A pesquisa conta com acadêmicos, mestrados e professores doutores da UNIVALI, que baseiam-se, principalmente, na fórmula desenvolvida por

Lozato-Giotard (1992, apud Lage e Milone, 2000), onde a capacidade de carga da praia (CCP) é determinada da seguinte maneira:

$$\text{CCP} = \frac{\text{Comprimento (extensão da praia em metros)}}{\text{Número de turistas na praia}}$$

O autor considera ideal o número de visitantes situado entre 1 a 10 pessoas por metro linear da praia.

A metodologia que levou ao estabelecimento de um número de pessoas que, se excedido, poderá afetar a sustentabilidade ambiental da ilha, foi a observação das atividades dos visitantes e pesquisas de campo nos dois pontos de maior concentração de pessoas (a praia do Trapiche e a praia do Adventure House), aliadas à determinação da capacidade dos equipamentos de lazer e ao resultado da aplicação da fórmula da Giotard.

É importante considerar que a ilha João da Cunha é de propriedade particular e seu acesso é feito unicamente pelo mar, fatores que contribuíram para o sucesso do projeto, que se mostrou de vital importância para a preservação do atrativo foco de estudo. No entanto, a aplicação deste método em outras áreas, cujo acesso não seja passível de controle, acaba por ser prejudicado ou até mesmo impossibilitado.

Espectro de Oportunidades recreativas

O Espectro de Oportunidades Recreativas baseia-se na determinação de condições de uso apropriadas para cada área de um recurso natural, de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pelo turista no mesmo. Sua atenção é centrada no lugar onde se desenvolvem as atividades de lazer e tempo livre e constitui uma combinação de condições físicas, biológicas e de gestão empresarial, que somadas determinarão a qualidade do lugar.

O fatores analisados para a determinação da capacidade de carga segundo este método são: o acesso, outros usos do recurso não relacionados

às atividades de lazer, a gestão da área, a interação social, o grau de aceitabilidade dos impactos sociais e o nível aceitável de regulamentação.

A aplicação do espectro de oportunidades recreativas é recomendada para grandes áreas (grandes unidades de conservação, como os parques nacionais, por exemplo, municípios, estados e até países), com uma diversidade grande de atrativos e equipamentos turísticos, onde os visitantes possam disponibilizar de uma série de opções de lazer e, portanto, sua aplicação é inadequada para praias de pequena extensão.

Administração dos sistemas

Segundo Willians e Gil (2001), a administração dos sistemas propõe um método de determinação de capacidade de carga que considera como fator principal as metas e os objetivos para a área em questão, estabelecidos pela comunidade residente na mesma. Assim, o número de turistas será determinado de acordo com os objetivos da população local, sejam eles a criação de empregos, a estabilização do crescimento populacional local, o aumento da arrecadação, etc.

O método da administração dos sistemas é muito interessante e completo, já que propõe o estudo dos impactos que a atividade turística poderá causar em determinado local e auxilia no planejamento do crescimento deste.

A aplicação da administração dos sistemas em praias é possível, porém é um método que exige uma grande disponibilidade de tempo para que seja realizado um estudo profundo da área em questão.

Considerações Finais

A determinação da capacidade de carga é um dos meios para se planejar de maneira sustentável a atividade turística realizada em uma área natural e a proposta de sua aplicação em zonas litorâneas apresenta-se como uma das alternativas que devem auxiliar o pólo receptor a utilizar seus

atrativos naturais conscientemente e fazer com o mesmo ofereça condições para a prática de um turismo de qualidade.

Através da análise de alguns dos métodos que vem sendo utilizados para auxiliar no planejamento sustentável de atrativos turísticos naturais, pode-se observar que a aplicação da maioria dos mesmos foi desenvolvida e vem sendo estudada exclusivamente em unidades de conservação e sua utilização em áreas litorâneas, mais especificamente em praias de pequena extensão é praticamente inviabilizada. Isso ocorre porque muitos dos métodos existentes baseiam-se em grande parte nos planos de manejo e outros instrumentos legislativos, que dificilmente são aplicáveis a áreas litorâneas, mais especificamente às praias, cuja legislação vigente permite um uso mais intensivo e menos restrito. Da mesma forma, a utilização massiva dessas áreas e sua baixa capacidade de reter intrusões foge às restrições de utilização prevista por alguns dos métodos.

O controle do acesso de visitantes a uma praia não é fácil de ser realizado, já que é muito provável que o planejador encontre barreiras contra a implantação do seu plano de desenvolvimento junto ao poder público e, principalmente, junto ao setor privado (investidores e proprietários de equipamentos turísticos).

Paralelamente à adoção do modelo de desenvolvimento que considera o limite máximo de visitantes que a destinação (praia) pode suportar, deverá ser realizada a conscientização da população local, dos governantes e dos empreendedores turísticos sobre a necessidade da utilização controlada do recurso. Após compreenderem os benefícios do desenvolvimento sustentável e a importância da preservação dos recursos naturais, que se forem degradados poderão representar o fim da atividade turística, todos os envolvidos perceberão a vantagem do retorno financeiro a longo prazo, com a garantia de que o recurso sempre existirá e de que o turismo sempre sustentará a destinação economicamente e constituir-se-á como uma fonte de benefícios.

Referências Bibliográficas

BARRETTO, M. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Campinas, SP:Papirus, 1995.

BENI, M. Análise Estrutural do Turismo. 3º edição. São Paulo, SP:SENAC São Paulo, 2000.

BOULLÓN, R. Planificación del espacio turístico. México: Trilhas, 1997.

CIFUENTES, M. Analisis de capacidad de carga para visitación en las areas silvestres de Costa Rica. San José: Fundação Neotrópica, 1992.

DIEGUES, A. C. S. Ecologia humana e planejamento de zonas costeiras. São Paulo: NUPAUB – USP, 1995.

EMBRATUR. Projeto Turis, 1972.

LAGE, B. H; MILONE, P. C. Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LIDBERG, K; HAWKINGS, D. Ecoturismo: um Guia para Planejamento e Gestão. 2º edição. São Paulo, SP:SENAC São Paulo, 1999.

MAGRO, T. C. Impacto do uso público de uma trilha no planalto do Parque Macional do Atiaia. Tese de doutoramento.São Paulo: USP, 1999.

PIRES, P. Impactos do Turismo e Capacidade de Carga Turística – Apostila elaborada como suporte teórico para a disciplina Turismo e Meio Ambiente. Balneário Camboriú: CES II – UNIVALI, 2000.

RUSHMANN, D. Turismo e Desenvolvimento Sustentável: a Proteção do Meio Ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

TAKAHASHI, L. Y. CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais. Curitiba, PR: IAP:UNILIVRE: Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 1997.

UNIVALI. Turismo - visão e ação (glossário). Ano 2, n. 4. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.

WILLIAMS, P. W; GIL,A. Questões de gerenciamento da capacidade de carga turística. In: Turismo Global. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.